

Parcela da dívida do RS é reduzida

MINISTRO DO STF concede liminar que altera cálculo de saldo do débito do governo gaúcho

JULIANO RODRIGUES
juliano.rodrigues@zerohora.com.br

O governo do Rio Grande do Sul obteve uma importante vitória ontem com a conquista de liminar no Supremo Tribunal Federal (STF) alterando o cálculo da dívida com a União. Com a decisão, o Estado deixará de pagar parcela mensal de R\$ 280 milhões para os cofres federais, e a prestação será recalculada – segundo estimativas extraoficiais de técnicos da Secretaria da Fazenda, o RS desembolsaria valores simbólicos.

Outra boa notícia para o governo gaúcho na decisão do ministro Edson Fachin é a de que o Rio Grande do Sul não poderá sofrer sanções da União pelo não pagamento da parcela mensal enquanto o mérito da ação não for julgado.

O Estado pleiteava que o saldo do débito fosse dimensionado por meio de juros simples, e não compostos, como fez o governo federal. Com isso, o saldo reduziria de R\$ 46 bilhões para R\$ 3,7 bilhões, segundo nota técnica emitida em janeiro pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).

PROCURADOR COMEMORA DECISÃO NO SUPREMO

Após tentativa frustrada de alterar as regras de pagamento da dívida na Justiça Federal do DF, o Piratini se aproveitou do precedente aberto em ação movida pelo governo de Santa Catarina no STF, e repetiu o gesto do Estado vizinho de ingressar com mandado de segurança para revisar a incidência de juros sobre o contrato da dívida. Em janeiro, um decreto do governo federal aplicou o juro capitalizado sobre o saldo devedor. No entendimento dos Estados, a medida contraria o projeto de lei complementar aprovado pelo Congresso em 2014. Rio Grande do Sul e Santa Catarina atuaram em conjunto, com reuniões entre integrantes dos governos dos dois Estados, para discutir saídas jurídicas para o impasse.

“

Estamos muito satisfeitos (com a liminar) porque isso dá um alívio para as contas do Estado. A parcela da dívida reduz, chega perto de zero. Os cálculos vão depender de alguns procedimentos internos.

EUZÉBIO RUSCHEL
Procurador-geral do Estado

Com déficit mensal de cerca de R\$ 500 milhões em 2016, o governo gaúcho celebrou a liminar, que permitirá, em último caso, que a parcela mensal da dívida não seja paga sem que haja sanções como bloqueios de recursos e retenções de transferências constitucionais por parte da União. Antes da decisão ser tornada pública, a União voltou a bloquear recursos de contas do Estado ontem. Foram retidos R\$ 28,3 milhões do Fundo de Participação dos Estados.

– Estamos muito satisfeitos (com a liminar) porque isso dá um alívio para as contas do Estado. A parcela da dívida reduz, chega perto de zero. Os cálculos vão depender de alguns procedimentos internos. A decisão vai permitir que o Estado pague conforme o disposto na lei complementar. Ou seja, vamos depositar valores muito menores do que vínhamos depositando – disse o procurador-geral do Estado, Euzébio Ruschel.

Durante a abertura do Fórum da Liberdade, em Porto Alegre, o governador José Ivo Sartori também comemorou a decisão e disse que o teor ainda está sendo interpretado pelo governo.

– Estamos fazendo tudo que é possível para defender os interesses do Rio Grande do Sul – resumiu o governador.

A tendência é de que o governo federal recorra da decisão, que, então, será analisada pelo plenário do Supremo. No Piratini, há otimismo com o julgamento, já que os ministros sinalizaram posição favorável em ação idêntica no caso de Santa Catarina.



Presidente do IEE, Ricardo Heller disse que a intervenção estatal levou ao fechamento de empresas e de empregos

OLHAR NA CRISE

Situação do país pauta Fórum da Liberdade

A crise política e econômica no país pautou as palestras e os debates do primeiro dia do 29º Fórum da Liberdade, que nesta edição tem o questionamento “Quem move o mundo?” como mote das discussões. Promovido pelo Instituto de Estudos Empresariais (IEE), o evento se encerra hoje, na PUCRS, na Capital.

Pela inclinação liberal dos convidados, sobraram críticas ao PT e ao governo federal. O presidente do IEE, Ricardo Heller, lembrou que, enquanto o país está parado à espera do desfecho do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff, milhares de empresas fecham as portas e milhões de pessoas perdem o emprego. A causa, avaliou, está mais relacionada à intervenção estatal do que aos problemas políticos.

– É reflexo de um governo que sufocou o setor produtivo com tributação e regulação – disse Heller.

Presente na abertura do evento, o governador José Ivo Sartori fez um discurso pregando a convergência de ideias para vencer a crise instalada no Estado e no país. Ao final do pronunciamento, foi aplaudido, mas também recebeu algumas vaias.

Convidado do fórum para palestrar hoje, o ex-presidente do Uruguai Luis Alberto Lacalle também comentou a polêmica que envolve a possibilidade de impeachment de Dilma.

– Se é cumprido de acordo com a Constituição, é válido. Mas espero que se resolva rápido para o lado que seja. Porque o Brasil é muito importante para a América e para o Uruguai, sobretudo – afirmou Lacalle, que disse ver ainda

uma onda de mudanças políticas na América do Sul, com a derrocada de governos de esquerda.

O diretor-presidente da Lojas Renner, José Galló, recebeu o Prêmio Libertas, destinado a agraciar quem defende as ideias do livre mercado, e criticou o peso estatal no Brasil – apesar de se apropriar do equivalente a 37% do PIB, o governo federal tem um grande desequilíbrio em suas contas. A crise política, observou Galló, paralisou o Brasil porque Brasília não inspira confiança na sociedade.

– É por isso que temos que gerar uma mudança de rumo e em curtíssimo prazo – afirmou Galló.

Participante do primeiro painel do evento, Rodrigo Marinho, presidente do Instituto Liberal do Nordeste, defendeu a privatização de estatais federais como Petrobras, Caixa e Correios.

NO RITMO DO IMPEACHMENT

Dólar cai ao menor valor em quase oito meses

A expectativa de avanço do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff levou o dólar a fechar ontem abaixo de R\$ 3,50. A moeda americana recuou 2,83%, para R\$ 3,4946, o menor valor desde 20 de agosto do ano passado. Esse movimento foi reforçado pela desvalorização do dólar no mercado internacional.

O Banco Central (BC) promoveu três leilões de swap cambial reverso – que equivalem à compra de moeda no mercado futuro – com o objetivo de reduzir a volatilidade do mercado de câmbio. No início do dia, em meio à forte pressão de baixa, o BC fez

um leilão de até 20 mil contratos (US\$ 1 bilhão) de swap reverso. Nele, vendeu apenas 7,7 mil contratos (US\$ 383 milhões ou 38,5% do total). Como a pressão vendedora era grande, ofertou, numa segunda operação, os 12,3 mil contratos restantes do primeiro leilão. Dessa vez, negociou 5 mil contratos (US\$ 249,2 milhões ou 40,6%). Mais no fim da tarde, ofereceu os 7,3 mil contratos (US\$ 363,9 milhões) de swap reverso remanescentes da oferta inicial de 20 mil e vendeu todo o lote.

A atuação do BC não impediu o dólar, no entanto, de renovar mínimas mais algumas vezes na úl-

tima hora de negociação. Mesmo depois do leilão da tarde, a cotação da divisa no mercado à vista chegou a cair 3,02%, a R\$ 3,4882.

A confiança na aprovação do impeachment na Câmara dos Deputados manteve o tom no mercado de ações na maior parte do pregão ontem. A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) chegou a subir 1,58%. Mas, no turno da tarde, a empolgação dos investidores cessou, e o indicador passou a ceder com uma realização de lucros. No fim dos negócios, recuou 0,25%. Vale lembrar que, na sexta-feira, havia subido 3,67%.

COMO PODE FICAR

Projeção das contas segundo nota técnica do Confaz, feita em janeiro

| Item | RS | SC |
|--------------------------------------|------------------|-----------------|
| Saldo devedor atual | R\$ 51,7 bilhões | R\$ 9 bilhões |
| Parcela mensal | R\$ 280 milhões | R\$ 90 milhões |
| Saldo devedor pelo juro capitalizado | R\$ 46 bilhões | R\$ 8,2 bilhões |
| Saldo devedor pelo juro simples | R\$ 3,7 bilhões | Zero |